

Zygmunt Zygmunt Bauman

CAPITALISMO PARASITÁRIO

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

Zygmunt Bauman

**CAPITALISMO
PARASITÁRIO**
e outros temas contemporâneos

Tradução:
Eliana Aguiar



Obras de Zygmunt Bauman:

- 44 cartas do mundo líquido moderno
- Amor líquido
- Aprendendo a pensar com a sociologia
- A arte da vida
- Bauman sobre Bauman
- Capitalismo parasitário
- Comunidade
- Confiança e medo na cidade
- Em busca da política
- Ensaios sobre o conceito de cultura
- A ética é possível num mundo de consumidores?
- Europa
- Globalização: as consequências humanas
- Identidade
- Legisladores e intérpretes
- O mal-estar da pós-modernidade
- Medo líquido
- Modernidade e ambivalência
- Modernidade e Holocausto
- Modernidade líquida
- A sociedade individualizada
- Tempos líquidos
- Vida a crédito

- Vida em fragmentos
- Vida líquida
- Vida para consumo
- Vidas desperdiçadas

· Sumário ·

1. Capitalismo parasitário

2. A cultura da oferta

Novos desafios para a educação

A relação professor/aluno na fase líquido-moderna

3. A sociedade do medo

4. O corpo em contradição

5. Um homem com esperanças

Capitalismo parasitário

Para além de qualquer dúvida razoável, o recente “tsunami financeiro” demonstrou a milhões de indivíduos – convencidos, pela miragem da “prosperidade agora e sempre”, de que os mercados e bancos capitalistas eram os métodos incontestáveis para a solução dos problemas – que o capitalismo se destaca por criar problemas, e não por solucioná-los.

O capitalismo, exatamente como os sistemas de números naturais do famoso teorema de Kurt Gödel (embora por razões diversas), não pode ser simultaneamente coerente e completo.¹ Se é coerente com seus princípios, surgem problemas que não é capaz de enfrentar; gostaria de lembrar que a aventura das “hipotecas *subprime*”, vendidas à opinião pública como forma de solucionar o problema dos sem-teto, esta praga que, como todos sabem, o capitalismo produz sistematicamente, acabou, ao contrário, multiplicando o número de pessoas sem casa, com a epidemia de retomada dos imóveis. Se ele tenta resolver esses problemas, não pode fazê-lo sem cair na incoerência em relação a seus próprios pressupostos fundamentais.

Muito antes que Gödel redigisse seu teorema, Rosa Luxemburgo já havia escrito seu estudo sobre a “acumulação capitalista”, no qual sustentava que esse sistema não pode sobreviver sem as economias “não capitalistas”: ele só é capaz de avançar seguindo os próprios princípios enquanto existirem “terras virgens” abertas à expansão e à exploração – embora, ao conquistá-las e explorá-las, ele as prive

de sua virgindade pré-capitalista, exaurindo assim as fontes de sua própria alimentação.²

Sem meias palavras, o capitalismo é um sistema *parasitário*. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência.

Escrevendo na época do capitalismo ascendente e da conquista territorial, Rosa Luxemburgo não previa nem podia prever que os territórios pré-modernos de continentes exóticos não eram os únicos "hospedeiros" potenciais, dos quais o capitalismo poderia se nutrir para prolongar a própria existência e gerar uma série de períodos de prosperidade.

Em tempos recentes, assistimos a outra demonstração concreta da "lei de Rosa", o famigerado *affaire* das "hipotecas *subprime*", que estão na origem da atual recessão: o expediente de fôlego curto, deliberadamente míope, de transformar em devedores indivíduos desprovidos dos requisitos necessários à concessão de um empréstimo. A única coisa que eles inspiravam era a esperança (um tanto astuta, mas vã, em última análise) de que o aumento dos preços das casas, estimulado por uma demanda artificialmente inflada, pudesse garantir, como um círculo que se fecha, que os "compradores de primeira viagem" pagassem os juros regularmente (pelo menos por algum tempo).

Hoje, quase um século depois de Rosa Luxemburgo ter divulgado sua intuição, sabemos que a força do capitalismo está na extraordinária engenhosidade com que busca e descobre novas espécies hospedeiras sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem. E também no oportunismo e na rapidez, dignos de um vírus, com que se adapta às idiossincrasias de seus novos pastos.

No número de 4 de dezembro de 2008 da *New York Books Review*, no artigo intitulado "The Crisis and What to Do About It", George Soros, brilhante analista econômico e praticante das artes do

marketing, apresentava o percurso das aventuras capitalistas como uma sucessão de “bolhas” que, em regra, se expandem muito além de sua capacidade e explodem assim que atingem o limite de resistência.

A atual contração do crédito não é um sinal do fim do capitalismo, mas apenas da exaustão de mais um pasto. A busca de novas pastagens terá início imediatamente, alimentada, como no passado, pelo Estado capitalista, por meio da mobilização forçada de recursos públicos (usando os impostos, em lugar do poder de sedução do mercado, agora abalado e temporariamente fora de operação).

Novas “terras virgens” serão encontradas e novos esforços serão feitos para explorá-las, por bem ou por mal, até o momento em que sua capacidade de engordar os lucros dos acionistas e as gratificações dos dirigentes for exaurida. Como sempre – conforme aprendemos no século XX, com uma longa série de descobertas matemáticas, de Henri Poincaré a Edward Lorenz –, um passo para o lado pode levar ao precipício e acabar em catástrofe; o mais minúsculo passo à frente pode desencadear inundações e acabar em dilúvio.

O anúncio de uma nova “descoberta”, de uma ilha ainda não assinalada nos mapas, atrai multidões de aventureiros. Eles chegam num número muito maior que o tamanho e a capacidade do território virgem – são batalhões que, num piscar de olhos, terão de voltar a seus barcos para escapar do desastre iminente, esperando, contra todas as expectativas, que as embarcações ainda estejam lá intactas, no porto.

A grande questão é saber quando se esgotará a lista de terras passíveis de “virginização secundária” e quando as explorações, por mais frenéticas e engenhosas que sejam, deixarão de garantir um alívio temporário. É bastante improvável que os mercados – dominados como estão pela mentalidade líquido-moderna do “caçador”, que veio substituir a postura pré-moderna do guarda-caça e sólido-moderna do jardineiro – se preocupem em expressar essas questões. Eles continuarão a viver passando de uma caçada bem-sucedida à outra, enquanto conseguirem desencavar novas chances

de adiar a hora da verdade, mesmo que por pouco tempo e a qualquer custo.

A introdução dos cartões de crédito foi um sinal do que viria a seguir. Foram lançados “no mercado” cerca de 30 anos atrás, com o slogan exaustivo e extremamente sedutor de “Não adie a realização do seu desejo”. Você deseja alguma coisa, mas não ganha o suficiente para adquiri-la? Nos velhos tempos, felizmente passados e esquecidos, era preciso adiar a satisfação (e esse adiamento, segundo um dos pais da sociologia moderna, Max Weber, foi o princípio que tornou possível o advento do capitalismo moderno): apertar o cinto, privar-se de certas alegrias, gastar com prudência e frugalidade, colocar o dinheiro economizado na caderneta de poupança e ter esperança, com cuidado e paciência, de conseguir juntar o suficiente para transformar os sonhos em realidade.

Graças a Deus e à benevolência dos bancos, isso já acabou! Com um cartão de crédito, é possível inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois! Com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando *desejar*, não quando *ganhar* o suficiente para obtê-las.

Esta era a promessa, só que ela incluía uma cláusula difícil de decifrar, mas fácil de adivinhar, depois de um momento de reflexão: dizia que todo “depois”, cedo ou tarde, se transformará em “agora” – os empréstimos terão que ser pagos; e o pagamento dos empréstimos, contraídos para afastar a espera do desejo e atender prontamente as velhas aspirações, tornará ainda mais difícil satisfazer os novos anseios. Não pensar no “depois” significa, como sempre, acumular problemas.

Quem não se preocupa com o futuro, faz isso por sua própria conta e risco. E certamente pagará um preço pesado. Mais cedo do que tarde, descobre-se que o desagradável “adiamento da satisfação” foi substituído por um curto adiamento da punição – que será realmente terrível – por tanta pressa. Qualquer um pode ter o prazer quando quiser, mas acelerar sua chegada não torna o gozo desse prazer mais acessível economicamente. Ao fim e ao cabo, a

única coisa que podemos adiar é o momento em que nos daremos conta dessa triste verdade.

Por mais amarga e deletéria que seja, esta não é a única pequena cláusula anexada à promessa, grafada em letras maiúsculas, do “desfrute agora, pague depois”. Para impedir que o efeito dos cartões de crédito e do crédito fácil se reduza a um lucro que o prestador só realiza uma vez com cada cliente, a dívida contraída tinha de ser (e realmente foi) *transformada numa fonte permanente de lucro*.

Não pode pagar sua dívida? Em primeiro lugar, nem precisa tentar: a ausência de débitos não é o estado ideal. Em segundo lugar, não se preocupe: ao contrário dos prestadores insensíveis de antigamente, ansiosos para reaver seu dinheiro em prazos pré-fixados e não renováveis, nós, modernos e benevolentes credores, não queremos nosso dinheiro de volta. Longe disso, oferecemos *mais créditos* para pagar a velha dívida e ainda ficar com algum dinheiro extra (ou seja, alguma dívida extra) a fim de pagar novas alegrias. Somos os bancos que gostam de dizer “sim”. Seus bancos amigos. Bancos “que sorriem”, como dizia uma de suas mais criativas campanhas publicitárias.

O que nenhuma publicidade declarava abertamente, deixando a verdade a cargo das mais sinistras premonições dos devedores, era que os bancos credores realmente não queriam que seus devedores pagassem suas dívidas. Se eles pagassem com diligência os seus débitos, não seriam mais devedores. E são justamente os débitos (os juros cobrados mensalmente) que os credores modernos e benevolentes (além de muito engenhosos) resolveram e conseguiram transformar na *principal fonte de lucros constantes*. O cliente que paga prontamente o dinheiro que pediu emprestado é o pesadelo dos credores.

As pessoas que se recusam a gastar um dinheiro que ainda não ganharam, abstendo-se de pedi-lo emprestado, não têm utilidade alguma para os prestadores, assim como as pessoas que (levadas pela prudência ou por uma honra hoje fora de moda) se esforçam para pagar seus débitos nos prazos estabelecidos. Para garantir seu

lucro, assim como o de seus acionistas, bancos e empresas de cartões de crédito contam mais com o “serviço” continuado das dívidas do que com seu pronto pagamento. Para eles, o “devedor ideal” é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas.

Os indivíduos que têm uma caderneta de poupança e nenhum cartão de crédito são vistos como um desafio para as artes do marketing: “terras virgens” clamando pela exploração lucrativa. Uma vez cultivadas (ou seja, incluídas no jogo dos empréstimos), não se pode mais permitir que escapem, que entrem “em pousio”. Quem quiser quitar inteiramente seus débitos antes do prazo deve pagar pesados encargos.

Até a recente crise do crédito, os bancos e as empresas de cartões de crédito se mostravam mais que disponíveis a oferecer novos empréstimos aos devedores inadimplentes, para cobrir os juros não pagos sobre os débitos anteriores. Uma das maiores empresas de cartões de crédito da Grã-Bretanha causou escândalo (um escândalo de curta duração, podemos estar certos) quando revelou o jogo, recusando-se a fornecer novos cartões de crédito aos clientes que quitavam inteiramente seus débitos mensais, sem incorrer, portanto, no pagamento de encargos financeiros.

Darei apenas alguns exemplos do impacto devastador dessa estratégia. Um jornal dominical britânico publicou a história de um homem de 51 anos que tinha uma dívida de 58 mil libras com 14 empresas de cartões de crédito e agências financeiras. Com a súbita alta dos preços da gasolina, da eletricidade e do aquecimento, o homem não conseguia mais pagar os juros de seus débitos. Mesmo lamentando, a posteriori, a leviandade que o jogou em situação tão desagradável, o homem se queixava também de quem tinha lhe emprestado o dinheiro: a culpa, dizia ele, era “em parte” deles, por terem tornado tão terrivelmente fácil se endividar.

Em outro artigo publicado no mesmo dia, um casal listava os inúmeros cortes que teve de fazer no orçamento familiar, além da preocupação com sua jovem filha, já pesadamente endividada, mas que, cada vez que atingia o teto de gastos de seu cartão de crédito, recebia propostas de novos empréstimos por parte dos credores.

Segundo o casal, os bancos que encorajam os jovens a pegar dinheiro emprestado para compras e, em seguida, a fazer outros empréstimos ainda maiores para cobrir as dívidas eram corresponsáveis pela lamentável situação em que a filha se encontrava.

Em outro país, no distante Queensland australiano, Siobhan Healey, hoje com 23 anos, adquiriu seu primeiro cartão de crédito há alguns anos e comemorou aquele dia como o momento de sua libertação: agora finalmente era dona de si mesma, livre para administrar as próprias finanças, para decidir suas prioridades e dobrar a realidade a seus desejos. Em pouco tempo, pediu e obteve um segundo cartão de crédito para cobrir as dívidas contraídas com o primeiro. Mas a tão desejada “liberdade financeira” não demorou a cobrar seu preço, mais precisamente quando ela descobriu que o segundo cartão não era suficiente para pagar os juros da primeira dívida. Procurou um banco e pediu um empréstimo para cobrir os encargos atrasados dos dois cartões, que, naquela altura, já tinham alcançado o sinistro montante de 26 mil dólares australianos. Mesmo assim, seguindo o exemplo dos amigos – um *must* para a sua geração –, pegou um pouco mais de dinheiro para pagar uma viagem ao exterior. Agora percebeu, afinal, que tinha poucas chances de sair desse beco sozinho, que pedir mais dinheiro emprestado não é o caminho para pagar as próprias dívidas. E comentou, infelizmente com um ano ou dois de atraso: “Tive que mudar de todo o meu modo de pensar e aprender a ‘economizar para comprar’.” Procurou a ajuda de um consultor financeiro e de um especialista em renegociações de dívidas para sair do precipício. Mas será que essas pessoas poderão ajudá-la a “mudar completamente o seu modo de pensar”? Veremos. Mas é bastante provável que o caminho de Siobhan seja mesmo uma escalada.

Ben Paris, porta-voz do Debt Mediators Australia, associação dos mediadores de crédito australianos, não ficou surpreso nem desconcertado. Comparou a história de Siobhan Healey com a tentativa de “esvaziar o mar com um balde”, mas acrescentou imediatamente que os jovens têm o hábito de “se endividar acima

dos próprios recursos”. E destacou que o caso da jovem australiana não é nada incomum: “Todo ano falamos com 25 mil jovens em dificuldades financeiras; e só estamos vendo a ponta do iceberg.”

Resumindo: *a atual “contração do crédito” não é resultado do insucesso dos bancos. Ao contrário, é o fruto, plenamente previsível, embora não previsto, de seu extraordinário sucesso.* Sucesso ao transformar uma enorme maioria de homens, mulheres, velhos e jovens numa raça de devedores. Alcançaram seu objetivo: uma raça de devedores eternos e a autoperpetuação do “estar endividado”, à medida que fazer mais dívidas é visto como o único instrumento verdadeiro de salvação das dívidas já contraídas.

Hoje, ingressar nessa condição é mais fácil do que nunca antes na história da humanidade, assim como escapar dessa condição jamais foi tão difícil. Todos os que podiam se transformar em devedores e milhões de outros que não podiam e não deviam ser induzidos a pedir empréstimos já foram fisgados e seduzidos para fazer dívidas.

Como em todas as mutações precedentes do capitalismo, desta vez o Estado também participou da criação de novos pastos a explorar: foi do presidente Clinton a iniciativa de introduzir nos Estados Unidos as hipotecas *subprime*. Elas eram garantidas pelo governo, a fim de oferecer crédito, para compra da casa própria, a pessoas desprovidas dos meios de pagar a dívida assumida, e, portanto, a fim de transformar setores da população até então inacessíveis à exploração creditícia em devedores.

Mas assim como o desaparecimento de pessoas descalças representa um problema para a indústria de calçados, o desaparecimento de pessoas não endividadas representa um desastre para a indústria de crédito. E a famosa previsão de Rosa Luxemburgo mostrou-se novamente verdadeira: mais uma vez, o capitalismo esteve perigosamente perto de um suicídio indesejado, conseguindo exaurir o estoque de novas terras lucrativas.

Nos Estados Unidos, o endividamento médio das famílias cresceu algo em torno de 22% nos últimos oito anos – tempos de uma prosperidade que parecia não ter precedente. A soma total das aquisições com cartões de crédito não ressarcidas cresceu 15%. E a

dívida, talvez ainda mais perigosa, dos estudantes universitários, futura elite política, econômica e espiritual da nação, dobrou de tamanho. Os estudantes foram obrigados/encorajados a viver a crédito, a gastar um dinheiro que, na melhor das hipóteses, só ganhariam muitos anos mais tarde.

O adestramento para a arte de “viver em dívida” e de forma permanente foi incluído nos currículos escolares nacionais. A Grã-Bretanha também chegou a situação bem semelhante. Em agosto de 2008, a inadimplência dos consumidores superou o total do Produto Interno Bruto da Grã-Bretanha. As famílias britânicas têm dívidas num valor superior a tudo o que suas fábricas, fazendas e escritórios produzem. Os outros países europeus não estão em situação muito diversa. O planeta dos bancos está esgotando as terras virgens e já se apropriou implacavelmente de vastas extensões de terras endemicamente estéreis.

No momento em que escrevo estas palavras, a história parece estar bem longe de uma conclusão. No final de 2008, Henry M. Paulson Jr., então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, encarregado da missão de guiar seu país (e, portanto, também o resto do planeta globalizado) para longe da estagnação financeira, declarou:

O programa atual de 250 milhões de dólares para aquisição de capitais é um remédio forte para nossas instituições financeiras. Mais quantidade de capital permitirá que os bancos suportem as perdas derivadas da desvalorização ou da venda de ativos problemáticos. E uma capitalização mais forte é essencial para incrementar o crédito, elemento vital para a recuperação econômica.³

Como podemos ver, nenhum dos pressupostos ou estratégias falenciais responsáveis pela crise atual foram postos em discussão pelos poderes constituídos. Na cabeça dos que detêm o poder, mais crédito (ou seja, a produção em série de indivíduos endividados) ainda é a chave da prosperidade econômica. São apenas os “ativos problemáticos”, e não as “instituições problemáticas”, que causam

problemas – e, para nossa salvação, só precisamos de um “remédio”, e não de uma corajosa intervenção cirúrgica.

Para não passar vergonha diante das notícias vindas diretamente da cova do leão, o ministro da Economia do Reino Unido, Alistair Darling, no orçamento para 2010 (segundo a sóbria avaliação do *Observer*, respeitadíssimo e influente semanário britânico, quatro dias após as declarações do ministro norte-americano) decidiu “gastar bilhões a torto e a direito para garantir a circulação de crédito”. Segundo a ponderada opinião do periódico, Darling “espera que eles [os consumidores britânicos] ignorem as nuvens que se adensam no horizonte e gastem, gastem, gastem”⁴ (seguindo, como poderíamos acrescentar, o exemplo de seu governo e acatando mais uma vez a regra do “compre agora e pague depois”).

As notícias sobre a morte do capitalismo, como diria Mark Twain, são extremamente exageradas. E os obituários da fase creditícia da história da acumulação capitalista são prematuros!

A reação à “contração do crédito”, por mais impressionante e revolucionária que possa parecer nas manchetes dos jornais e nas frases de efeito dos políticos, até agora se limitam ao “mais do mesmo”, na esperança vã de que as potencialidades desta fase, em termos de retomada dos lucros e do consumo, ainda não estejam totalmente esgotadas: uma tentativa de *recapitalizar as empresas prestadoras e reabilitar seus devedores para o crédito*, de modo que o negócio de emprestar e pedir emprestado possa voltar à “normalidade”.

O Estado assistencial para os ricos (que, ao contrário de seu homônimo para os pobres, jamais teve sua racionalidade questionada e, ainda mais, nunca sofreu tentativas de desmantelamento) voltou aos salões, deixando as dependências de serviço a que seus escritórios estiveram temporariamente relegados, para evitar comparações desagradáveis. O Estado voltou a exhibir e flexionar sua musculatura como não fazia há muito tempo, com esses propósitos: agora, porém, pelo bem da continuidade do próprio jogo que tornou sua flexibilização difícil e até – horror! –

insuportável; um jogo que, curiosamente, não tolera Estados musculosos, mas ao mesmo tempo não pode sobreviver sem eles.

O que ficou alegremente (e loucamente) esquecido nessa ocasião é que a natureza do sofrimento humano é determinada pelo modo de vida dos homens. As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensinam a viver: em nosso hábito, cultivado com cuidado e agora já bastante arraigado, de correr para os empréstimos cada vez que temos um problema a resolver ou uma dificuldade a superar. Como poucas drogas, viver a crédito cria dependência. Talvez mais ainda que qualquer outra droga e sem dúvida mais que os tranquilizantes à venda. Décadas de generosa administração de uma droga só pode levar ao trauma e ao choque quando ela deixa de estar disponível ou fica difícil de encontrar. Portanto, o que se está propondo agora é a saída fácil para a desorientação que aflige tanto os toxicod dependentes quanto os traficantes: reorganizar o fornecimento (regular, espera-se) da droga. Voltar àquela dependência que até hoje parecia vantajosa para todos, tão eficiente que nem nos preocupávamos com a questão e muito menos com a busca de suas raízes.

Chegar às *raízes* do problema que agora saiu do compartimento *top secret* para o centro da atenção pública não é uma solução *instantânea*, mas a *única* que tem alguma possibilidade de se mostrar adequada à enormidade do problema e de sobreviver aos intensos – mas comparativamente breves – tormentos da desintoxicação.

Até agora nada leva a pensar que estamos nos aproximando das raízes do problema. A onda foi barrada a um passo do abismo por generosas injeções de “dinheiro do contribuinte”. O banco Lloyds TSB começou a pressionar o Tesouro britânico para que destinasse parte do pacote de salvação aos dividendos dos acionistas. E, a despeito da indignação oficial dos porta-vozes do Estado, a instituição de crédito seguiu firme na distribuição de bonificações para aqueles cuja avidez desenfreada havia levado os bancos e seus

clientes ao desastre. Dos Estados Unidos, chegou a notícia de que 70 bilhões de dólares, cerca de 10% dos subsídios que as autoridades federais pretendiam injetar no sistema bancário americano, já haviam sido usados em bônus pagos exatamente aos que levaram o sistema à beira da ruína.

Por mais imponentes que sejam as medidas que os governos já tomaram, pretendem tomar ou dizem que querem tomar, todas elas buscam “recapitalizar” os bancos e deixá-los novamente em condições de desenvolver suas “atividades normais”: em outras palavras, a atividade que é a principal responsável pela crise atual. Se os devedores não tiveram condições pessoais de pagar os juros sobre a orgia consumista inspirada e amplificada pelos bancos, talvez possam ser induzidos/obrigados a fazê-lo por meio dos impostos que pagam ao Estado.

Ainda não começamos a pensar seriamente sobre a sustentabilidade dessa nossa sociedade alimentada pelo consumo e pelo crédito. O “retorno à normalidade” prenuncia um retorno aos métodos equivocados e sempre potencialmente perigosos. São intenções que preocupam, pois sinalizam que nem as pessoas que dirigem as instituições financeiras nem os governos chegaram à raiz do problema em seus diagnósticos (e menos ainda em suas ações).

Simon Jenkins – comentarista com excelente capacidade de análise que escreve para *T e Guardian* – citou Hector Sants, diretor da Autoridade de Serviços Financeiros (*Financial Services Authority, FSA*, órgão de controle do setor financeiro do governo britânico), que admitiu a existência de “modelos de negócios mal-equipados para sobreviver ao estresse, ... um fato que lamentamos”. Jenkins observou que “era como um piloto protestando que seu avião estava funcionando muito bem, com exceção dos motores”. Mas ele não perde a esperança: continua a pensar que, assim que a cultura da “ganância é bom” for “varrida pela recente histeria dos lucros do setor financeiro”, os “componentes não econômicos daquilo que definimos genericamente como boa qualidade de vida assumirão maior importância” – seja em nossa filosofia de vida, seja na estratégia política dos nossos governos.

Também essa é a nossa esperança: ainda não chegamos ao ponto de não retorno, ainda há tempo (embora pouco) para refletir e mudar de rumo, ainda podemos virar esse choque e esse trauma a nosso favor e de nossos filhos.

Essa espécie de Estado assistencial para os ricos (ou, mais exatamente, a política de mobilizar, por intermédio do Estado, os recursos públicos que as empresas capitalistas não conseguem convencer o público a lhes entregar diretamente) não é novidade: apenas o alcance e a publicidade que o acompanham assumiram proporções capazes de causar escândalo. Segundo Stephen Sliwinski, ex-colaborador do Cato Institute, já em 2006 o governo federal dos Estados Unidos havia gastado 92 bilhões de dólares para subvencionar os colossos da indústria do país, como a Boeing, a IBM ou a General Motors.

Muitos anos atrás, Jürgen Habermas sugeria, num livro intitulado *A crise de legitimação do capitalismo tardio*, que o Estado é “capitalista” à medida que sua função primária – aliás, sua razão de ser – é a “remercadorização” do capital e do trabalho.⁵ A substância do capitalismo, recordava Habermas, é o encontro entre capital e trabalho. O objetivo desse encontro é uma transação comercial: o capital adquire o trabalho. Para que a transação seja bem-sucedida, é preciso satisfazer duas condições: o capital deve ser capaz de comprar e o trabalho deve ser “vendável”, ou seja, suficientemente atraente para o capital.

A principal tarefa (e, portanto, a legitimação) do Estado capitalista é garantir que ambas as condições se cumpram. O Estado tem, portanto, duas coisas a fazer. Primeiro, subvencionar o capital caso ele não tenha o dinheiro necessário para adquirir a força produtiva do trabalho. Segundo, garantir que valha a pena comprar o trabalho, isto é, que a mão de obra seja capaz de suportar o esforço do trabalho numa fábrica. Portanto, ela deve ser forte, gozar de boa saúde, não estar desnutrida e ter o treinamento necessário para as habilidades e os hábitos comportamentais indispensáveis ao ofício industrial. Estas são despesas que os aspirantes a empregadores capitalistas dificilmente poderiam enfrentar se tivessem de assumi-

las, porque o custo de contratar trabalhadores se tornaria exorbitante.

Habermas escreveu durante o crepúsculo da sociedade sólido-moderna dos produtores e interpretou (erroneamente, como se viu em seguida) a evidente incapacidade dos Estados de absorver as duas tarefas necessárias para a sobrevivência desta sociedade como "crise de legitimação" do Estado capitalista. Na verdade, o que acontecia era uma transição da sociedade "sólida" de produtores para uma sociedade "líquida" de consumidores. A fonte primária de acumulação capitalista se transferia da indústria para o mercado de consumo.

Para manter vivo o capitalismo, não era mais necessário "remercadorizar" o capital e o trabalho, viabilizando assim a transação de compra e venda deste último: bastavam subvenções estatais para permitir que o capital vendesse mercadorias e os consumidores as comprassem. O crédito era o dispositivo mágico para desempenhar (esperava-se) esta dupla tarefa. E agora podemos dizer que, na fase líquida da modernidade, o Estado é "capitalista" quando garante a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para obtê-lo.

Quando os elefantes brigam, quem paga o pato é a grama. Na guerra entre dois pretendentes à ditadura, a sorte dos pobres, dos indolentes e dos incapacitados por outros motivos para atingir as condições de sobrevivência física e social acaba, na prática, quase esquecida. Mas apresentar as duas ditaduras como a principal oposição e o principal dilema da sociedade contemporânea é profundamente equivocado: é fácil tomar as aparências por realidade e as declarações por medidas concretas.

Antes de mais nada, é preciso sublinhar que os dois elefantes, o Estado e o mercado, podem lutar entre si ocasionalmente, mas a relação normal e comum entre eles, num sistema capitalista, tem sido de simbiose. Pinochet no Chile, Syngman Rhee na Coreia do Sul, Lee Kuan Yew em Singapura, Chiang Kai-Shek em Taiwan, ou os atuais governantes da China foram ou são "ditadores de Estado" em tudo, menos no nome, mas conduziram ou conduzem uma notável

expansão e um rápido crescimento da potência dos mercados. Se atualmente os países citados são exemplos do triunfo do mercado, o mérito é todo dessas prolongadas “ditaduras do Estado”.

É bom lembrar, aliás, que a acumulação inicial de capital conduz invariavelmente a uma polarização sem precedentes e contestada das condições de vida e provoca tensões sociais explosivas: para a classe empresarial e mercantil emergente, é necessário que essas tensões sejam suprimidas por um Estado potente, impiedoso e coercivo.

A cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra; o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção. Em geral, as políticas do Estado capitalista, “ditatorial” ou “democrático”, são construídas e conduzidas *no interesse* e não *contra o interesse* dos mercados; seu efeito principal (e intencional, embora não abertamente declarado) é avalizar/permitir/garantir a segurança e a longevidade do *domínio do mercado*.

O segundo elemento da dupla tarefa de “remercadorização” de que falamos acima, a “remercadorização do trabalho”, não representa uma exceção. Por mais fortes que fossem as considerações morais que levavam à introdução do Estado assistencial, ele dificilmente teria nascido se os donos das fábricas não tivessem percebido que cuidar do “exército industrial de reserva” (manter os reservistas em boa forma caso fossem reconvocados para o serviço ativo) era um bom investimento, potencialmente rentável.

Se o Estado assistencial hoje vê seus recursos minguarem, cai aos pedaços ou é desmantelado de forma deliberada, é porque as fontes de lucro do capitalismo se deslocaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária para a exploração dos consumidores. E também porque os pobres, despojados dos recursos necessários para responder às seduções dos mercados de consumo, precisam de dinheiro – não dos tipos de serviço oferecidos pelo Estado assistencial – para se tornarem úteis segundo a concepção capitalista de “utilidade”.

A cultura da oferta

Podemos dizer que, em sua fase líquido-moderna, a cultura é feita na medida da liberdade de escolha *individual* (voluntária ou imposta como obrigação). É *destinada* a servir às exigências desta liberdade. A garantir que a escolha continue a ser *inevitável*: uma necessidade de vida e um *dever*. A assegurar que a responsabilidade, companheira inseparável da livre escolha, permaneça lá onde a condição líquido-moderna a colocou: a cargo do *indivíduo*, apontado hoje como único administrador da “política da vida”.

A cultura de hoje é feita de *ofertas*, não de *normas*. Como observou Pierre Bourdieu, a cultura vive de sedução, não de regulamentação; de relações públicas, não de controle policial; da criação de novas necessidades/desejos/exigências, não de coerção. Esta nossa sociedade é uma sociedade de consumidores. E, como o resto do mundo visto e vivido pelos consumidores, a cultura também se transforma num armazém de produtos destinados ao consumo, cada qual concorrendo com os outros para conquistar a atenção inconstante/errante dos potenciais consumidores, na esperança de atraí-la e conservá-la por pouco mais de um breve segundo.

Abandonar os padrões muito rígidos, ser condescendente com a falta de critérios, satisfazer todos os gostos sem privilegiar nenhum deles, promover a inconsistência e a “flexibilidade” (nome politicamente correto da frouxidão de caráter) e exaltar a instabilidade e a incoerência, esta é, portanto, a estratégia justa (a única razoável?) hoje. Ser exigente, ficar chocado e arreganhar os

dentes é vivamente desaconselhado. A editora-assistente/crítica de TV de um semanário de "tendência" recomendou o programa da noite de Ano-Novo de 2007-8 pela "vasta escolha de músicas, capaz de satisfazer o gosto de qualquer um". "Sua principal qualidade", explicou ela, "é o apelo universal, que permite a cada um que entre e saia do programa segundo suas preferências".⁶

Essa é sem dúvida uma qualidade elogiável e conveniente numa sociedade em que as redes substituem as estruturas, em que um jogo de apego/desapego e uma infinita sucessão de conexões e desconexões substituem a atividade de "determinar" e "fixar".

A atual fase de transformação progressiva da ideia de "cultura" – desde sua forma original, de inspiração iluminista, até sua reencarnação líquido-moderna – é estimulada e administrada pelas mesmas forças que promovem a emancipação dos mercados em relação aos vínculos remanescentes de natureza não econômica: os vínculos sociais, políticos, éticos etc. Para conquistar sua emancipação, a economia líquido-moderna, centrada no consumidor, se baseia no excesso de ofertas, no envelhecimento cada vez mais acelerado do que se oferece e na rápida dissipação de seu poder de sedução – o que, diga-se de passagem, a transforma numa economia da dissipação e do desperdício.

Como não se pode saber com antecedência qual das ofertas será capaz de estimular o desejo de consumo, a única maneira de verificação passa pelas tentativas de acerto e erro, que custam caro. A produção contínua de novas ofertas e o volume sempre ascendente de bens oferecidos também são necessários para manter a velocidade da circulação de bens e reacender constantemente o desejo de substituí-los por outros, "novos e melhorados"; também são necessários para evitar que a insatisfação dos consumidores com um produto em particular se condense num desapeço geral em relação ao próprio estilo consumista de vida.

Se o mundo habitado por consumidores se transformou num grande magazine onde se vende "tudo aquilo de que você precisa e com que pode sonhar", a cultura parece ter se transformado atualmente em mais um de seus departamentos. Como nos outros,

suas prateleiras estão lotadas de mercadorias renovadas diariamente, e as caixas são decoradas com anúncios de novas ofertas destinadas a desaparecer depressa, como as mercadorias que anunciam. Tanto as mercadorias quanto os anúncios publicitários são pensados para suscitar desejos e fisgar vontades (para "impacto máximo e obsolescência instantânea", citando a famosa máxima de George Steiner). Os comerciantes e publicitários responsáveis confiam no casamento entre o poder de sedução das ofertas e o profundo impulso de seus clientes potenciais de "estar sempre um passo à frente dos outros" e de "levar vantagem".

Ao contrário da era da construção das nações, a cultura líquido-moderna não tem "pessoas" a cultivar, mas clientes a seduzir. E, diversamente da cultura sólido-moderna anterior, não visa mais ao término do trabalho (o quanto antes, melhor). Seu trabalho consiste antes em tornar a própria sobrevivência permanente, "temporalizando" todos os aspectos da vida de seus antigos pupilos, agora renascidos como clientes.

A política sólido-moderna que consistia em negociar com o diferente, em assimilá-lo à cultura dominante, em privar os estrangeiros de sua estranheza, embora desejada por alguns, não é mais viável. Mas as velhas estratégias de resistência à interação e fusão entre culturas também não são mais efetivas, apesar de consideradas preferíveis pelos aficionados da separação rígida e do isolamento das "comunidades de pertença" (mais precisamente, as comunidades de pertença por nascimento).

"A pertença", afirma Jean-Claude Kaufmann,⁷ é "utilizada hoje sobretudo como recurso do ego". Ele nos adverte contra a ideia de que as "comunidades de pertença" são necessariamente "comunidades integradoras". Recomenda antes que sejam vistas como fenômenos que acompanham o processo de individualização, como uma série de estações de serviço ou de motéis marcando a trajetória do Eu que se forma e reforma continuamente.

François de Singly⁸ sugere justamente que as teorizações sobre as identidades de hoje fariam bem em abandonar as metáforas relacionadas a "raízes" e "desenraizamento" (posso ajudar,

acrescentando a figura correlata do “desencaixe”), que pressupõem um ato único, definitivo e irreversível de emancipação individual da tutela da comunidade de nascimento, e sua substituição por imagens relacionadas a lançar e levantar âncoras.

De fato, levantar âncora, ao contrário de “desenraizar” e de “desencaixar”, nada tem de irrevogável e menos ainda de definitivo. Quando são arrancadas do solo onde cresceram, as raízes geralmente secam e murcham, matando a planta que nutriam, de tal modo que, se revivesse, estaríamos no terreno dos milagres. As âncoras, ao contrário, são levantadas apenas na esperança de lançá-las novamente com sucesso, e podem ser lançadas com a mesma facilidade em muitos portos diferentes e distantes.

Além disso, as raízes desenham e predeterminam a forma da planta que delas nascerá, excluindo a possibilidade de qualquer outra forma. As âncoras, ao contrário, são apenas instrumentos auxiliares do barco e não definem suas características e qualidades. O lapso de tempo que separa o ato de lançar uma âncora do ato de içá-la de novo é apenas um episódio na trajetória do barco. A escolha do próximo porto onde lançar âncora provavelmente irá depender do tipo de carga que o barco transporta no momento; um porto adequado para um tipo de carga pode ser totalmente inadequado para outra.

Resumindo, a metáfora da âncora capta o que escapa à metáfora do “desenraizamento”: o entrelaçar entre *continuidade* e *descontinuidade* na história de todas as identidades contemporâneas, ou pelo menos de um número crescente delas. Assim como os barcos que atracam sucessiva ou ocasionalmente em diversos portos, os Eus se submetem, nas “comunidades de referência” às quais pedem admissão, a verificação e aprovação das próprias credenciais nessa busca de reconhecimento e confirmação da identidade que dura a vida inteira. Cada comunidade de referência tem seus próprios requisitos sobre o tipos de papelada que deve ser apresentada. Entre os documentos exigidos para essa aprovação estão em geral o registro do barco e/ou o diário de bordo

do capitão; e, a cada parada, o passado (mais pesado com os registros das escalas anteriores) é novamente examinado e avaliado.

Novos desafios para a educação

A história da educação conheceu muitos momentos críticos nos quais ficava evidente que premissas e estratégias já testadas e aparentemente confiáveis não davam mais conta da realidade e exigiam revisões e reformas. Contudo, a crise atual parece ser diferente daquelas do passado. Os desafios do presente desferem duros golpes contra a própria essência da ideia de educação, tal como ela se formou nos primórdios da longa história da civilização: eles questionam as invariantes dessa ideia, as características constitutivas da educação que resistiram a todos os desafios passados e emergiram intactas de todas as crises anteriores; os pressupostos que antes nunca haviam sido colocados em questão e menos ainda encarados como se já tivessem cumprido sua missão e necessitassem de substituição.

No mundo líquido-moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, é vista como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, qualquer compromisso a longo prazo (e mais ainda por prazo indeterminado) prenuncia um futuro prenhe de obrigações que limitam a liberdade de movimento e a capacidade de perceber novas oportunidades (ainda desconhecidas) assim que (inevitavelmente) elas se apresentarem.

A perspectiva de se ver restrito a uma única coisa a vida inteira é repulsiva e apavorante. O que não surpreende, pois todos sabem que até os objetos de desejo logo envelhecem, perdem o brilho num segundo e, de símbolos de honra, transformam-se em estigmas de infâmia. Os editores das revistas de luxo sempre são capazes de tomar pulso da situação: junto com as informações sobre as novas coisas que você "*tem* que fazer" e "*tem* que ter", suprem seus leitores, de maneira regular, com conselhos sobre "o que está *out*" e deve ser descartado.

Nosso mundo lembra cada vez mais Leônia, a “cidade invisível” de Italo Calvino, onde “mais do que pelas coisas que todos os dias são fabricadas vendidas compradas, a opulência ... se mede pelas coisas que todos os dias são jogadas fora para dar lugar a novas”.⁹ A alegria de “livrar-se” de algo, o ato de descartar e jogar no lixo, esta é a verdadeira paixão do nosso mundo.

A capacidade de durar não joga mais a favor das coisas. Dos objetos e dos laços, exige-se apenas que sirvam durante algum tempo e que possam ser destruídos ou descartados de alguma forma quando se tornarem obsoletos – o que acontecerá forçosamente. Assim, é preciso evitar a posse de bens, em particular daqueles que duram muito e que não são descartáveis com facilidade.

O consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável. Sendo assim, por que o “pacote de conhecimentos” adquiridos na universidade deveria escapar dessa regra universal? No turbilhão de mudanças, é muito mais atraente o conhecimento criado para usar e jogar fora, o conhecimento pronto para utilização e eliminação instantâneas, o tipo de conhecimento prometido pelos programas de computador que entram e saem das prateleiras das lojas num ritmo cada vez mais acelerado.

Portanto, a ideia de que a educação pode consistir em um “produto” feito para ser apropriado e conservado é desconcertante, e sem dúvida não depõe a favor da educação institucionalizada. Para convencer seus filhos da utilidade do estudo, pais e mães de outrora costumavam dizer que “aquilo que você aprendeu ninguém vai poder lhe tirar”. Esta talvez fosse uma promessa encorajadora para os filhos *deles*, mas, para os jovens contemporâneos, deve representar uma perspectiva horripilante. Os compromissos tendem a ser mal vistos se não vêm acompanhados da cláusula “até segundo aviso”. Num número cada vez maior de cidades americanas, alvarás de construção só são expedidos se estiverem acompanhados do respectivo alvará de demolição. E, recentemente, os generais americanos opuseram-se ao assentamento de suas tropas na zona

de operações enquanto não fosse elaborado um “cenário de retirada” convincente.

O segundo desafio aos pressupostos fundamentais da educação vem do caráter errático e substancialmente imprevisível das transformações contemporâneas, e reforça a posteriori o primeiro desafio. Em todas as épocas, o conhecimento foi avaliado com base em sua capacidade de representar fielmente o mundo. Mas como fazer quando o mundo muda de uma forma que desafia constantemente a verdade do saber existente, pegando de surpresa até os mais “bem-informados”?

Werner Jaeger, em sua clássica pesquisa sobre as raízes antigas do conceito de pedagogia e aprendizagem,¹⁰ considerava que a ideia de educação (entendida como *Bildung*, “formação”) nascia de dois pressupostos gêmeos da ordem imutável do mundo – que se esconde sob a variada superfície da experiência humana – e da natureza igualmente eterna das leis que governam a natureza humana. O primeiro pressuposto justificava a necessidade e os benefícios da transmissão do conhecimento dos professores aos alunos. O segundo infundia nos professores a autoconfiança necessária para esculpir na personalidade dos alunos, como fazem os escultores com o mármore, a forma que se presumia sempre justa, bela, boa e, portanto, virtuosa e nobre. Se as conclusões de Jaeger são corretas (e não foram refutadas), a “educação, tal como a conhecemos”, está em maus lençóis, pois hoje seria necessário um grande esforço para sustentar qualquer um desses pressupostos, e um esforço ainda maior para considerá-los evidentes em si mesmos.

Bem diverso do labirinto usado pelos behavioristas, o mundo dos nossos dias parece mais um mecanismo para esquecer do que um ambiente para aprender. Os compartimentos podem ser intransponíveis, como no labirinto experimental, mas são montados sobre rodas e se deslocam sem parar, modificando os percursos já testados e explorados. Azar de quem tem boa memória: os percursos confiáveis de ontem podem em pouco tempo acabar numa parede branca ou em areias movediças; e os esquemas habituais de

comportamento, antes infalíveis, transformam-se em mensageiros de fracasso, e não de sucesso.

Num mundo como este, o conhecimento é destinado a perseguir eternamente objetos sempre fugidios que, como se não bastasse, começam a se dissolver no momento em que são apreendidos. E como os prêmios para quem faz a coisa certa tendem a ser colocados cada dia num lugar diferente, os estímulos de reforço podem ser tão enganosos quanto tranquilizadores: transformam-se em armadilhas a serem evitadas, pois podem instilar hábitos ou impulsos que, um segundo depois, se revelarão inúteis ou até daninhos.

Como observou Ralph Waldo Emerson, quando se patina sobre gelo fino, a salvação está na rapidez. Quem quiser se salvar deve se locomover com a velocidade necessária para não correr o risco de forçar demais a resistência de um ponto qualquer. No mundo volátil da modernidade líquida, no qual é difícil uma forma manter sua estrutura pelo tempo necessário para garantir a confiança e se coagular numa credibilidade de longo prazo (não há como saber se e quando o fará, e, de todo modo, é pouco provável que o faça), andar é melhor que ficar sentado, correr é melhor que andar, e surfar é ainda melhor que correr. Melhor surfista é o que desliza com leveza e agilidade, que não é muito exigente quanto às ondas que virão e que está sempre pronto a abandonar as antigas preferências.

Isso é contrário a tudo que a aprendizagem e a educação representaram na maior parte de sua história. Afinal, elas foram criadas na medida de um mundo durável, que esperava permanecer assim e pretendia ser ainda mais durável do que havia sido até então. Num mundo desses, a memória era uma riqueza; quanto mais para trás ela conseguisse ir e quanto mais durasse, maior era o seu valor. Hoje, uma memória tão solidamente ancorada parece ser potencialmente incapacitante, em muitos casos, desorientadora, outros tantos, quase sempre inútil.

Pode-se perguntar até que ponto a rápida e espetacular carreira dos servidores e das redes eletrônicas foi favorecida pela promessa de resolver os problemas de armazenagem, tratamento e reciclagem

dos detritos. O trabalho de memorização resultou em mais detritos, e não em produtos utilizáveis. Não existe um método confiável para distinguir de antemão um produto de um detrito (ou seja, qual dos produtos em aparência úteis logo estará fora de moda, e qual dos produtos em aparência inúteis se beneficiará de um repentino aumento da demanda). Por isso, a possibilidade de armazenar todas as informações em compartimentos mantidos a uma distância segura dos cérebros (onde as informações armazenadas poderiam assumir, de modo sub-reptício, o controle do comportamento) é uma ideia oportuna e tentadora.

Em nosso mundo volátil, de mudanças instantâneas e erráticas, os hábitos consolidados, os esquemas cognitivos sólidos e as preferências por valores estáveis – objetivos últimos da educação ortodoxa – transformam-se em desvantagens. Pelo menos, este é o papel que lhes oferece o mercado do conhecimento, que (como qualquer mercado em relação a qualquer mercadoria) odeia a fidelidade, os laços indestrutíveis e os compromissos a longo prazo, considerados obstáculos que atravancam o caminho e precisam ser removidos.

Passamos do labirinto imutável idealizado pelos behavioristas e da rotina monótona do modelo de Pavlov para o mercado aberto, onde qualquer coisa pode acontecer a qualquer momento, e nada pode ser feito de uma vez por todas; em que os movimentos bem-sucedidos são uma questão de sorte, e repeti-los não garante de forma alguma novos sucessos. O aspecto a ser lembrado e avaliado em todas as suas consequências é que, no tempo em que vivemos, o mercado e o *mappa mundi et vitae* se sobrepõem. Como observou recentemente Dany-Robert Dufour,

o capitalismo não sonha apenas em ampliar ... o território em que cada objeto é uma mercadoria (direitos sobre a água, sobre o genoma, sobre as espécies vivas, sobre os recém-nascidos, sobre os órgãos humanos etc.) até os limites do planeta, mas também em expandi-lo em profundidade para abarcar questões que antes eram privadas e estavam sob a responsabilidade dos

indivíduos (subjetividade, sexualidade etc.), mas que agora foram incluídas entre as mercadorias.¹¹

Na maior parte do nosso tempo, portanto, e quaisquer que sejam as nossas preocupações momentâneas, todos nós parecemos os esgana-gatas, os peixinhos expostos a sinais confusos e conflituosos no famoso experimento de Konrad Lorenz. O estranho comportamento do esgana-gata macho, incerto sobre onde se encontram os limites que separam esquemas contraditórios de comportamento, está se transformando depressa no modo de agir prevaiente entre os seres humanos, homens ou mulheres. As respostas a sinais confusos tendem a ser também confusas.

Na ausência de precedentes confiáveis e de esquemas de comportamento testados, em geral age-se por tentativa de acerto e erro. Saímos de uma confusão (quase sempre nos suspendendo pelas botas, como fazia o Barão de Münchhausen) apenas para entrar em outra. Nesse processo, não aprendemos muita coisa além da necessidade de estar preparados para outras situações ambíguas e precárias, e para sofrer as consequências de novos passos em falso.

“Você vale tanto quanto seu último sucesso”: esta é a máxima do bem viver num mundo em que as regras mudam durante a partida e não duram mais do que o tempo necessário para aprendê-las e memorizá-las. Os percentuais de sucesso obtidos com as respostas aprendidas e exercitadas em condições de rotina caem rapidamente: “flexibilidade” é a palavra de ordem do momento. A capacidade de abandonar depressa os hábitos presentes torna-se mais importante do que o aprendizado dos novos. Somos todos obrigados a adotar como norma o estilo de vida que, há dois séculos, Soren Kierkegaard considerou patológico em Don Juan, ou seja: “Terminar rapidamente e desde logo recomeçar do princípio.”¹²

O problema é que uma reforma das estratégias educacionais, por mais brilhante e ampla que seja, pode muito pouco ou quase nada nesse caso. Nem os traços em comum com o esgana-gata nem a repentina atração pela estratégia de Don Juan podem ser colocadas

na conta das culpas ou negligências dos educadores. Foi o mundo fora da escola que mudou muito em relação ao tipo de mundo para o qual as escolas descritas por Myers ou Jaeger preparavam seus alunos.

Neste mundo novo, pede-se aos homens que busquem soluções privadas para problemas de origem social, e não soluções geradas socialmente para problemas privados. Durante a fase “sólida” da história moderna, o contexto das ações humanas era feito para emular, na medida do possível, o labirinto behaviorista, no qual a distinção entre percursos corretos e equivocados era nítida, inamovível, permitindo que se punisse quem, por erro ou escolha, tomasse o caminho errado, e se premiasse quem seguisse dócil e prontamente a estrada certa.

As fábricas fordistas massificadas e os exércitos baseados no recrutamento em massa – os dois principais braços do poder pan-óptico – personificavam com plenitude a tendência a transformar estímulos e respostas em rotina. O “domínio” consistia no direito de fixar regras invioláveis, de supervisionar sua aplicação, de garantir vigilância constante sobre os que eram forçados a cumpri-las e de disciplinar os desviantes ou expulsá-los, se as tentativas de reabilitação falhassem.

Esse esquema de domínio exigia um engajamento recíproco por parte de dirigentes e dirigidos. Em cada estrutura pan-óptica havia um Pavlov que determinava a sequência de movimentos e garantia que ela se repetisse sem variações, imune a qualquer pressão contrária, presente ou futura. Como os projetistas e supervisores dos pan-ópticos garantiam a estabilidade das composições e a repetição de situações e escolhas, valia a pena memorizar as regras e incorporá-las em hábitos profundamente radicados e automatizados. A era da modernidade “sólida” esteve, de fato, muito perto de realizar tais ambientes duráveis, administrados e controlados de forma rígida.

Mas, na fase “líquida” da modernidade, a demanda pelas funções administrativas ortodoxas se esgota depressa. Ameaçar com o desemprego ou recusar o emprego permite conquistar o manter o

domínio com um gasto de energia, tempo e dinheiro muito inferior ao exigido para controlar e vigiar de maneira invasiva. A ameaça do desemprego desloca o ônus da prova para a parte adversa, ou seja, para os dominados. Cabe agora aos subordinados adotar um comportamento que tenha boas chances de agradar aos chefes e de estimulá-los a “adquirir” seus serviços e seus “produtos” particulares – exatamente como os outros produtores e revendedores estimulam em seus potenciais consumidores o desejo de comprar as mercadorias que vendem. “Seguir as rotinas” não basta para atingir esse objetivo.

Como concluíram Luc Boltanski e Eve Chiapello,¹³ quem quiser ser bem-sucedido no ambiente de trabalho que substituiu o tipo de cenário “labirinto de ratos” deve demonstrar capacidade de convivência em grupo e de comunicação, abertura mental e curiosidade, vender sua própria pessoa, inteira, como valor único e insubstituível, capaz de enriquecer a qualidade do grupo de trabalho. Hoje, o empregado ou aspirante ao emprego têm de se “autodisciplinar” para garantir que sua performance seja convincente, com boas chances de aprovação agora e no futuro, no caso de mudança das preferências dos observadores. Não compete mais aos chefes reprimir as idiosincrasias dos empregados, homogeneizar seu comportamento e enquadrar suas ações na rígida moldura da rotina.

A chave do sucesso é “ser você mesmo”, e não “ser como todo mundo”. O que vende melhor é a diferença, não a uniformidade. Já não basta ter conhecimentos e habilidades “relacionadas ao trabalho”, que também são dominados pelos que já desempenharam ou que são candidatos a desempenhar o mesmo ofício. É bem provável que isso seja, aliás, uma desvantagem.

É necessário, ao contrário, ter ideias inusitadas, apresentar projetos fora do comum, nunca propostos antes, e sobretudo ter a vocação dos gatos para seguir seus próprios caminhos solitários. Dificilmente se adquirem e se aprendem tais virtudes nos livros-texto (à parte os manuais que desafiam o conhecimento e a sabedoria herdados e infundem a coragem de viver na solidão). Por definição,

tais dotes são desenvolvidos a partir do “interior”, liberando e desenvolvendo as “forças interiores” que se esconderiam na própria personalidade, e que só esperam ser despertadas e acionadas.

Este é o gênero de conhecimento (ou de *inspiração*, melhor dizendo) ardentemente desejado por homens e mulheres dos tempos líquido-modernos. Eles procuram consultores que os ensinem a caminhar, e não professores que os orientem num percurso único e já superlotado. Os consultores que eles buscam, por cujos serviços estão dispostos a pagar o que for necessário, devem (e querem) ajudá-los a escavar em profundidade seu próprio caráter e sua própria personalidade, onde supostamente encontrarão ricas jazidas de metais preciosos clamando para serem trazidos à tona.

Esses consultores provavelmente corrigirão a preguiça ou a negligência dos clientes muito mais que uma eventual ignorância, oferecendo um conhecimento operativo, um *savoir être* ou um *savoir vivre*, em vez de um conhecimento específico, de um *savoir* que os educadores ortodoxos queriam e sabiam transmitir a seus alunos. O presente culto da “educação permanente” está parcialmente concentrado na necessidade de atualizar o “estado da arte” na informação profissional. Mas também deve sua popularidade à convicção de que a mina de ouro da personalidade é inesgotável e de que os mestres espirituais capazes de atingir esses depósitos inexplorados, que outros guias negligenciaram ou não foram capazes de atingir, precisam ser descobertos – e o serão, com o devido esforço e com dinheiro suficiente para remunerar seus serviços.

A marcha triunfal do conhecimento no mundo habitado por homens e mulheres modernos aconteceu em duas frentes. Na primeira frente, assistimos a invasão, conquista, civilização e mapeamento de territórios novos e inexplorados. O império construído graças a esses avanços era o da informação destinada a representar o mundo: no momento mesmo da representação, a parte do mundo representada era tida como conquistada e reivindicada pela humanidade.

A segunda frente era a educação: ela avançava expandindo seu cânone e estendendo a capacidade de percepção e memorização de seus destinatários. Em ambas as frentes, a “linha de chegada” desse avanço – o fim da guerra – era visualizado com clareza desde o início: no final, todos os vazios seriam preenchidos, um mapa-múndi completo teria sido traçado e um número suficiente de canais de educação estaria disponível para os membros da espécie humana, com todas as informações necessárias para que eles se deslocassem livremente pelo mundo mapeado.

Mas, à medida que a guerra prosseguia e que a crônica das batalhas vencidas se ampliava, mais a “linha de chegada” parecia se afastar. Hoje estamos propensos a acreditar que era e é impossível vencer essa guerra em qualquer das frentes.

Só para começar, cada vez que um território recém-conquistado é descrito nos mapas, parece aumentar, e não diminuir, o número e a extensão dos espaços vazios, de modo que parece cada vez mais distante o momento em que será possível desenhar um mapa-múndi completo. Além disso, o mundo “lá fora”, que antes se desejava captar e imobilizar no próprio ato da representação, agora parece escapar de qualquer forma registrável. Ele se assemelha mais a um participante do jogo da verdade (decididamente aguerrido e astucioso), e não mais a aposta e o prêmio que os jogadores humanos esperavam dividir. Segundo a vívida descrição de Paul Virilio, “o mundo de hoje não tem mais qualquer tipo de estabilidade; está em moto contínuo, se desloca e desliza o tempo todo”.¹⁴ Notícias ainda mais importantes chegam da segunda frente, a frente da educação, da distribuição do conhecimento. Citando mais uma vez Virilio, “o desconhecido deslocou-se do mundo decididamente vasto demais, misterioso e selvagem”, para a “nebulosa galáxia da imagem”.

Os exploradores que desejam examinar essa galáxia em sua integridade são poucos e muito distantes entre si. E os que realmente têm condições de fazê-lo são ainda menos numerosos. “Cientistas, artistas, filósofos, ... nós nos surpreendemos fazendo parte de uma espécie de ‘nova aliança’ para a exploração [daquela

galáxia]”: uma aliança da qual as pessoas comuns podem abandonar qualquer esperança de participar.

A galáxia é pura e simplesmente inassimilável. A sede principal do “desconhecido”, mais do que o mundo relatado pela informação, é hoje a própria informação. É ela que dá a impressão de ser “decididamente vasta demais, misteriosa e selvagem”.

As enormes quantidades de informação competindo por atenção parecem muito mais ameaçadoras para os homens e mulheres comuns do que os poucos “mistérios do Universo” que ainda restam e que interessam exclusivamente a um pequeno grupo de maníacos da ciência e ao número ainda mais restrito dos que disputam o Prêmio Nobel. Todas as coisas desconhecidas parecem ameaçadoras, mas suscitam diferentes reações.

Os espaços vazios no mapa do Universo estimulam a curiosidade, incitam à ação e infundem determinação, coragem e confiança nos amantes da aventura; prometem uma vida interessante de descobertas e anunciam um futuro melhor, gradualmente liberado dos aborrecimentos que envenenam a vida. Mas não é assim com a massa impenetrável da informação: ela está toda ali, ao alcance da mão, disponível de imediato, mas zombeteira e exasperadora em sua distância, obstinadamente alheia e indiferente a qualquer esperança de que, algum dia, se possa apreendê-la.

O futuro não é mais um tempo a ser esperado com impaciência: ele só vai aumentar as dificuldades atuais, incrementando de modo exponencial a quantidade de conhecimento que já nos atordoia, nos sufoca e que bloqueia a salvação que ele próprio oferece de forma sedutora. A massa de conhecimento à disposição é o principal obstáculo para sua aceitação. É também a principal ameaça à nossa autoconfiança: certamente a resposta para os problemas que nos afligem deve estar em algum lugar daquela massa impressionante de informação. Portanto, ser incapaz de encontrá-la trará como consequência imediata e concreta a autodepreciação e o autoescárnio.

Essa massa de conhecimento acumulado transformou-se no epítome contemporâneo da desordem e do caos. Nela mergulharam

e dissolveram-se pouco a pouco todos os critérios ortodoxos de ordenamento: tópicos de pertinência, atribuição de importância, necessidades determinantes de utilidade e autoridades determinantes de valor. A massa faz esses conteúdos parecerem uniformemente descoloridos. Pode-se dizer que, nela, todas as informações fluem com o mesmo peso específico; portanto, para aqueles a quem se nega o direito de reivindicar a competência de seu próprio julgamento, embora sejam expostos às correntes de teses contraditórias dos especialistas, não há como separar o joio do trigo.

Na massa, a parcela de conhecimento retirada para uso e consumo pessoal só pode ser avaliada com base na quantidade, não é possível comparar sua qualidade com o restante. Todas as informações se equivalem. Os *quiz* televisivos refletem fielmente esse novo rosto do conhecimento humano: para cada resposta certa, independentemente do assunto, o concorrente obtém o mesmo número de pontos.

Atribuir importância às diversas informações e, sobretudo, atribuir maior importância a umas que a outras talvez seja a tarefa mais desconcertante e a decisão mais difícil. O único critério prático que se pode adotar é a pertinência momentânea, mas ela também muda de um momento para outro, e as informações assimiladas perdem significado assim que são utilizadas. Como outros produtos no mercado, elas são destinadas ao instantâneo, imediato e único.

No passado, a educação assumia muitas formas e era capaz de adaptar-se às circunstâncias mutáveis, de definir novos objetivos e projetar novas estratégias. Mas, se me permitem a insistência, as mudanças presentes são diferentes das que se verificaram no passado. Em nenhum dos momentos decisivos da história humana os educadores enfrentaram um desafio comparável ao que representa este ponto limite. Nunca antes nos deparamos com situação semelhante. A arte de viver num mundo hipersaturado de informação ainda não foi aprendida. E o mesmo vale também para a arte ainda mais difícil de preparar os homens para esse tipo de vida.

A relação professor/aluno na fase líquido-moderna

O grande escritor argentino Jorge Luis Borges, falando das origens de um de seus extraordinários contos, "A busca de Averroes", disse que tinha a intenção de "narrar o processo de uma derrota", de um fracasso; como o de um teólogo à procura da prova definitiva da existência de Deus; de um alquimista à procura da pedra filosofal; de um aficionado por tecnologia em busca da trissecção do ângulo; ou de um matemático em busca da prova da quadratura do círculo. Mas depois conclui que seria "mais poético o caso de um homem que se propõe um fim que não é vedado aos outros, mas somente a ele".

Averroes, o grande filósofo muçulmano que se dedicou a traduzir a *Poética* de Aristóteles, "encerrado no âmbito do islã, nunca pôde saber o significado das palavras *tragédia* e *comédia*". Averroes parecia, de fato, destinado ao fracasso, pois queria "imaginar o que é um drama sem ter jamais suspeitado o que é um teatro".¹⁵

O caso escolhido por Borges revela-se efetivamente "mais poético" como tema para uma esplêndida história narrada por um grande autor. Mas, de um ponto de vista sociológico – menos inspirado, mais prosaico e banal –, ele parece também mais trivial. Somente algumas poucas almas intrépidas saem em busca da solução dos problemas da geometria grega clássica ou da pedra filosofal; mas todos já sentimos na própria pele e repetimos diariamente a experiência de tentar compreender algo que os outros entendem sem dificuldade. Isso acontece conosco, no século XXI, mais do que com nossos antepassados em outros tempos. Basta lembrar um exemplo: a tentativa de se comunicar com os filhos, para quem os tem, ou com os pais, para quem ainda não os perdeu.

A incompreensão recíproca entre gerações, entre os "velhos" e os "jovens", e a desconfiança que isso gera têm uma longa história. Seus sintomas podem ser encontrados facilmente em tempos bem antigos. Mas a desconfiança intergeracional assumiu importância muito maior na era *moderna*, marcada por mudanças permanentes, rápidas e profundas das condições de vida. A aceleração radical do

ritmo das mudanças, característica dos tempos modernos, permitiu que se percebesse no curso de uma única vida humana que “as coisas mudam” e “não são mais como antes”: trata-se de uma constatação que sugere uma associação (ou umnexo causal) entre as mudanças da condição humana e a sucessão das gerações.

A partir do advento da modernidade e em todo o seu percurso, as gerações que vêm ao mundo em fases diferentes da sua contínua transformação tendem a *divergir* nitidamente na avaliação das condições de vida que *partilham*. Os filhos em geral enfrentam um mundo drasticamente diferente daquele que seus pais, guiados pelos educadores, aprenderam a considerar um padrão de “normalidade”. Além disso, nunca poderão conhecer esse mundo já desaparecido em que os pais viveram quando eram jovens.

Aquilo que, para algumas gerações, pode parecer “natural” – da série “as coisas são assim”, “normalmente, as coisas são feitas assim” ou “deveriam ser feitas assim” –, para outras pode ser uma aberração: um afastamento da norma, um estado de coisas extravagante e talvez até irracional, ilegítimo, injusto, abominável. Aquilo que, para algumas gerações, pode parecer uma condição confortável e familiar, pois permite o uso de habilidades e rotinas aprendidas e dominadas, poderia parecer estranha e desagradável a outras. Nas situações em que alguns se sentem desconfortáveis, confusos e perdidos, outros poderiam se sentir como um peixe dentro d’água.

As diferenças de percepção tornaram-se hoje tão multidimensionais que, ao contrário dos tempos pré-modernos, as gerações mais velhas não atribuem mais aos jovens o papel de “adultos em miniatura” ou de “aspirantes a adulto” – de “seres ainda não completamente maduros, mas destinados a amadurecer” (“a amadurecer até serem como nós”). Não se espera mais, nem se presume, que os jovens “estão se preparando para ser adultos *como nós*”: eles são vistos como uma espécie muito *diferente* de pessoa, destinada a *permanecer* diferente “de nós” por toda a vida. As diferenças entre “nós” (os velhos) e “eles” (os jovens) não são mais

um problema temporário que vai se resolver e evaporar quando os mais novos tiverem (inevitavelmente) que encarar as coisas da vida.

O resultado é que as velhas e as novas gerações tendem a se olhar reciprocamente com um misto de incompreensão e desconfiança. Os mais velhos temem que esses recém-chegados ao mundo estejam prontos a arruinar e destruir a acolhedora, familiar e decorosa "normalidade" que eles, os pais, construíram com esforço e conservam com amoroso cuidado; os jovens, ao contrário, sentem um forte impulso de endireitar o que os antigos estragaram e desequilibraram. Nem uns nem outros estão satisfeitos (pelo menos não completamente) com o modo como as coisas vão e com a direção que seu mundo parece tomar, acusando-se mutuamente por essa insatisfação.

Em dois números consecutivos, uma prestigiosa revista semanal inglesa publicou há pouco duas acusações bastante diferentes uma da outra: um colunista acusou os jovens de serem "bovinos, preguiçosos, depravados e imprestáveis"; e um leitor respondeu irado que a juventude supostamente indolente e indiferente obtém, na realidade, "ótimos resultados acadêmicos" e demonstra "preocupação com os estragos que os adultos fizeram".¹⁶ Aqui, como em tantas outras discussões semelhantes, trata-se de uma divergência de avaliação e de pontos de vista impregnados de subjetivismo. Em casos assim, é difícil resolver "com objetividade" a controvérsia.

Ann-Sophie, de 20 anos, estudante da Copenhagen Business School, deu as seguintes respostas a um questionário organizado por Fleming Wisler: "Não quero ser muito controlada por minha vida. Não quero sacrificar tudo à carreira. ... A coisa mais importante é ficar bem. ... Ninguém quer permanecer preso muito tempo ao mesmo trabalho."¹⁷ Em outras palavras: mantenham abertas todas as opções. Não jurem fidelidade "até que a morte nos separe" a nada ou a ninguém. O mundo está cheio de possibilidades maravilhosas, atraentes, promissoras; seria loucura perdê-las por estar de pés e mãos atados em compromissos irrevogáveis.

Não é surpreendente que, na lista das capacidades fundamentais que os jovens são chamados a dominar (e desejam fazê-lo, impacientes), surfar supere amplamente os conceitos cada vez mais obsoletos de "indagar" e "aprofundar". Como observou Katie Baldo, orientadora pedagógica da Cooperstown Middle School no estado de Nova York,¹⁸ "os adolescentes perdem alguns importantes sinais sociais porque estão muito concentrados em seus iPods, celulares ou videogames. Na sala de aula, percebo continuamente que não conseguem cumprimentar nem estabelecer contato visual".

Fazer contato visual ou permitir a aproximação física de um outro ser humano é sinônimo de desperdício, pois equivale a dedicar algum tempo, escasso e precioso, a "aprofundar": decisão que poderia interromper ou impedir o surfe em tantas outras superfícies convidativas.

Na vida de contínua emergência, as relações *virtuais* levam a melhor facilmente sobre a "coisa *real*". O mundo off-line convida os jovens a estar em constante movimento. Mas solicitações deste tipo de pouco adiantariam se não fosse a capacidade, baseada na eletrônica, de multiplicar os encontros interindividuais, transformando cada um deles num ato rápido, superficial, de tipo "use e jogue fora". Relações virtuais são equipadas com a tecla "delete" e com "antispam", mecanismos que protegem das consequências incômodas (e sobretudo dispendiosas em termos de tempo) das interações mais profundas.

É impossível não lembrar o personagem de Chance (interpretado por Peter Sellers no filme de Hal Ashby, *Além do jardim*, de 1979). Na rua movimentada em que se encontra de repente, recém-saído de um prolongado tête-à-tête com "o mundo como se vê na TV", Chance tenta inutilmente afastar um perturbador grupo de freiras de seu campo de visão com a ajuda de um controle remoto.

Para os jovens, a principal atração do mundo virtual deriva da ausência de contradições e objetivos contrastantes que infestam a vida off-line. O mundo on-line, ao contrário de sua alternativa off-line, torna possível pensar na infinita multiplicação de contatos como algo plausível e factível. Isso acontece pelo *enfraquecimento* dos

laços – em nítido contraste com o mundo off-line, orientado para a tentativa constante de *reforçar* os laços, limitando muito o número de contatos e aprofundando cada um deles.

Essa é uma verdadeira vantagem para homens e mulheres sempre atormentados pela eventualidade (apenas a eventualidade) de que cada passo possa se revelar um erro; ou pela eventualidade (apenas a eventualidade) de que seja tarde demais para anular as perdas que ele possa causar. Vem daí a aversão a qualquer coisa “a longo prazo”, seja o planejamento da própria vida, sejam os compromissos assumidos com outros seres vivos.

Uma publicidade recente, apelando, claro, para os valores da jovem geração, anunciava a chegada de um rímel que “prometia solenemente durar 24 horas” com o seguinte comentário: “Estamos falando de uma relação séria. Basta um toque e seus belos cílios desafiarão chuva, suor, umidade e lágrimas. Para retirá-lo, basta um pouco de água morna”. Vinte e quatro horas já soam como um “compromisso sério”. Porém, mesmo este compromisso deixaria de ser atraente se não fosse fácil remover seus vestígios.

Qualquer que seja a escolha feita, ela sempre lembrará mais o “leve manto” de um dos fundadores da sociologia moderna, Max Weber – o manto que pode ser colocado sobre os ombros e despido à vontade e a qualquer momento –, do que a “crosta de aço” que oferece uma eficiente e durável proteção contra turbulências, mas dificulta os movimentos de quem a usa e limita muito o espaço do livre-arbítrio.¹⁹

O que importa aos jovens é conservar a capacidade de *recriar* a “identidade” e a “rede” a cada vez que isso se fizer necessário ou esteja prestes a sê-lo. A preocupação de nossos antepassados com a *identificação* é substituída pela *reidentificação*. As identidades devem ser *descartáveis*; uma identidade insatisfatória, não satisfatória o bastante ou que revele sua idade avançada deve *ser fácil de abandonar*: Talvez a *biodegradabilidade* seja o atributo mais desejado da identidade ideal.

A capacidade interativa da internet é feita sob medida para essa nova necessidade. É a quantidade das conexões, mais que sua

qualidade, que faz a diferença entre as possibilidades de sucesso ou fracasso. Ela permite manter-se informado sobre a “última moda” – os sucessos mais ouvidos, as camisetas da moda, os mais recentes e comentados festivais, festas e eventos com pessoas famosas. Ao mesmo tempo, ajuda a atualizar os conteúdos, a redistribuir os traços característicos no retrato do próprio Eu e a apagar rapidamente os traços do passado, os conteúdos e características já vergonhosamente ultrapassados.

No conjunto, ela facilita muito, solicita, ou melhor, impõe o esforço perene de *reinvenção* numa medida impensável na vida off-line. Esta é, provavelmente, uma das principais explicações para o tempo que a “geração eletrônica” dedica ao universo virtual – um tempo que cresce sempre à custa do tempo vivido no “mundo real”.

As referências dos principais conceitos que enquadram e mapeiam a *Lebenswelt*, o mundo em que vivem e sobrevivem os jovens, o mundo experimentado pessoalmente, têm sido transplantadas do mundo off-line de modo gradual, mas incessante, para o mundo on-line. Entre eles, destacam-se conceitos como “contatos”, “encontros”, “reuniões”, “comunicar”, “comunidade” ou “amizade” – todos referentes às relações interpessoais e aos laços sociais. Uma das principais consequências da nova localização desses referentes é que os laços e os compromissos sociais correntes são percebidos mais como fotos instantâneas batidas no âmbito de um processo de negociação contínua do que como condições estáveis destinadas a durar um tempo indeterminado.

No entanto, essa metáfora não me parece totalmente satisfatória: embora “instantâneas”, as fotos ainda exibem uma tendência a durar mais que os laços e compromissos mediados pela eletrônica. A palavra “instantâneo” pertence ao vocabulário da impressão e do papel fotográfico, que só aceita uma imagem, enquanto, no caso dos laços eletrônicos, atos como *apagar* e *reescrever* ou *sobrescrever*, inconcebíveis no caso dos negativos em celuloide e do papel fotográfico, são opções particularmente importantes e muito utilizadas – são, aliás, os únicos atributos indelévels dos laços mediados pela eletrônica.

Mas é bom lembrar também que grande parte da presente geração de jovens jamais experimentou grandes privações, como uma depressão econômica prolongada, desprovida de perspectivas e com desemprego em massa. Eles nasceram e cresceram num mundo em que podiam se abrigar sob guarda-chuvas socialmente produzidos e administrados, à prova de ventos e tempestades, que pareciam estar ali desde sempre para protegê-los do mau tempo, da chuva fria e dos ventos gelados. Um mundo em que cada manhã prometia um dia mais ensolarado que o anterior e mais rico de aventuras agradáveis.

Enquanto escrevo estas linhas, as nuvens se acumulam sobre esse mundo. A feliz, confiante e promissora condição que os jovens acabaram por considerar como o estado "natural" do mundo pode estar desmoronando. Uma depressão econômica (que, como dão a entender alguns observadores, ameaça se revelar tão ou mais profunda que as crises que a geração dos pais sofreu na juventude) talvez esteja à espreita na primeira esquina. Por isso, é cedo demais para compreender de que modo as visões de mundo e os comportamentos profundamente arraigados dos jovens de hoje irão se adequar ao mundo que virá, e de que maneira esse mundo irá se amoldar a suas expectativas profundas.

A sociedade do medo

Estamos em uma época em que as medidas de segurança que adotamos só geram mais insegurança. Somos diariamente perseguidos pelos mais diferentes tipos de medo. Entre as ameaças, está a de ficar para trás, ser substituído, não acompanhar o ritmo das mudanças. Estudar os medos contemporâneos é tocar num dos pontos centrais da modernidade líquida?

BAUMAN: Os medos agora são difusos, eles se espalharam. É difícil definir e localizar as raízes desses medos, já que os sentimos, mas não os vemos. É isso que faz com que os medos contemporâneos sejam tão terrivelmente fortes, e os seus efeitos sejam tão difíceis de amenizar. Eles emanam virtualmente em todos os lugares. Há os trabalhos instáveis; as constantes mudanças nos estágios da vida; a fragilidade das parcerias; o reconhecimento social dado só "até segunda ordem" e sujeito a ser retirado sem aviso prévio; as ameaças tóxicas, a comida venenosa ou com possíveis elementos cancerígenos; a possibilidade de falhar num mercado competitivo por causa de um momento de fraqueza ou de uma temporária falta de atenção; o risco que as pessoas correm nas ruas; a constante possibilidade de perda dos bens materiais etc.

Os medos são muitos e diferentes, mas eles alimentam uns aos outros. A combinação desses medos cria um estado na mente e nos sentimentos que só pode ser descrito como ambiente de insegurança. Nós nos sentimos inseguros, ameaçados, e não

sabemos exatamente de onde vem esta ansiedade nem como proceder.

Os medos não têm raiz. Essa característica líquida do medo faz com que ele seja explorado política e comercialmente. Os políticos e os vendedores de bens de consumo acabam transformando esse aspecto em um mercado lucrativo. O comum é tentar reagir, fazer alguma coisa, buscar desvendar as causas da ansiedade e lutar contra as ameaças invisíveis. Isso é conveniente do ponto de vista político ou comercial. Tal atitude não vai curar a ansiedade, mas alimentar essa indústria do medo. Adquirir bens para obter segurança só alivia uma parte da tensão e mesmo assim, por um breve tempo.

Para os governos e o mercado, é interessante manter acesos esses medos e, se possível, até estimular o aumento da insegurança. Como a fonte das ansiedades parece distante e indefinida, é como se dependêssemos dos especialistas, das pessoas que entendem do assunto, para mostrar onde estão as causas do sofrimento e como lutar contra ele. Não temos como testar a verdade que nos contam. Só nos resta então acreditar no que dizem. O mesmo ocorre quando nossos líderes políticos nos falaram que Saddam Hussein tinha armas de destruição de massa e estava pronto para detoná-las e quando nos dizem que nossas preocupações e problemas acabarão se os emigrantes forem mandados para casa. A natureza dos medos líquidos contemporâneos ainda abre um enorme espaço para decepções políticas e comerciais.

Tentar minimizar as diferenças entre as pessoas e estimular a inter-relação de classes seria uma forma de amenizar o sentimento de insegurança?

BAUMAN: Nós somos responsáveis pelo outro, estando atentos a isso ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto sobre a vida de todos, e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba

afetando nossas vidas. O que não significa, porém, que nós nos responsabilizamos por isso, que prestamos a devida atenção a esse fato quando agimos ou tomamos decisões.

Um estímulo evidente para nossa falta de responsabilidade em relação aos nossos atos é a ignorância dessa teia complexa de conexões. A maioria dos efeitos de nossas ações ou negligências, ou da ação ou negligência dos outros, acaba aparecendo como consequências inesperadas, efeitos colaterais surpreendentes ou estragos não calculados. Nós podemos limitar os danos (embora talvez seja impossível eliminá-los por completo) se aprendermos mais sobre a importância do bem-estar das pessoas e o quanto elas podem sofrer com o resultado de nossas ações.

Mesmo se fizermos isso, em algum momento surgirá outro obstáculo que precisará ser levado em conta. Esse obstáculo está ligado à natureza puramente negativa da globalização. Só tais forças tendem a ignorar soberanias e leis locais, os interesses da população de cada lugar. Nossos braços são muito curtos para alcançarmos a fonte dos problemas. Poder e política, que viviam unidos, estão separados e prontos para o divórcio. Só nos restaram políticas cada vez mais impotentes e poderes cada vez mais politicamente descontrolados.

No Brasil, seus livros são amplamente lidos. Este seria um indício de que suas teorias estão tocando pontos sensíveis das pessoas hoje?

BAUMAN: Sociologia é uma conversa em andamento, com troca de experiências humanas. Espera-se que daí resulte um aprendizado e um esclarecimento mútuos. Acredito, pelo menos, que essa seja a forma como a sociologia deve ser utilizada para atender aos homens. No local de onde eu escrevo – e acho que também em outros lugares, como o Brasil –, a competição está cada vez mais individualizada. Essa competição é guiada por uma preocupação crescente com a sobrevivência física – ou a satisfação das necessidades biológicas primárias que os instintos de sobrevivência

impõem. E também pelo poder de escolha individual: decidir quais são os seus objetivos e que tipo de vida cada qual quer viver. Exercer esses direitos parece ser o “dever” de todos. Assim, tudo o que acontece ao indivíduo parece ser consequência desse direito. E tudo o que falha, uma recusa em botá-lo em prática. O que acontece ao indivíduo tende a ser visto como uma confirmação do poder de cada um.

Uma vez agindo como indivíduos, nos encorajam a buscar reconhecimento social para nossas escolhas. Reconhecimento social significa a aceitação dos outros, a confirmação de que o indivíduo optou por uma vida decente, que vale a pena e que merece todo o respeito das outras pessoas. O oposto do reconhecimento social significa a negação da dignidade, a humilhação.

Uma pessoa se sente humilhada quando recebe a mensagem, por palavras ou ações, de que não pode ser quem pensa que é. Essa humilhação gera preconceito e ressentimento. Numa sociedade individualista como a nossa, este é um tipo venenoso e implacável de ressentimento e uma das mais comuns causas de conflito, rebelião e revolta. Ela destrói a autoestima – nega o reconhecimento, recusa o respeito e aplica a exclusão –, substitui a exploração e assume a discriminação como explicação mais comumente usada para justificar o rancor do indivíduo em relação à sociedade.

Isso não significa que a humilhação seja um fenômeno novo e característico do atual estágio da história da sociedade moderna. Ao contrário, é tão antigo quanto a convivência entre os homens. Na sociedade individualizada, porém, as queixas e as explicações para a dor perdem o foco no grupo e se deslocam para o indivíduo. Mas, em vez de apontar para a injustiça e o malfuncionamento do todo social, e de buscar um remédio na reforma da sociedade, os sofrimentos individuais tendem a ser percebidos como ofensa pessoal, uma agressão à dignidade pessoal e à autoestima. Sendo assim, eles demandariam uma resposta e uma vingança pessoais.

Parece haver uma tremenda desigualdade. É contra ela que a sociologia precisa apontar sua mensagem, e o mais importante

passa a ser enviar e receber essa mensagem. Acho que este é o segredo para que as pessoas tenham mais interesse hoje pela informação que a sociologia pode proporcionar.

Suas teorias muitas vezes são classificadas como pessimistas. Mas o próprio ato de escrever sobre esses temas já significaria um aspecto otimista, uma forma de dar um alerta e afirmar que os caminhos podem ser diferentes.

BAUMAN: A vida parece estar se movendo depressa demais para a maioria de nós, e temos a impressão de que não conseguimos seguir suas curvas e prever os acontecimentos. Planejar movimentos e continuar leal às metas traçadas parece ser um empreendimento cheio de riscos, assim como fazer planos a longo prazo está cada vez mais perigoso. É como se a vida fosse dividida em episódios. A conexão entre esses episódios só parece possível (se é que é possível) quando se faz uma leitura retrospectiva. As preocupações e apreensões em relação ao sentido e ao destino são abundantes, embora difíceis de suportar. E também os muitos prazeres que um mundo cheio de surpresas e uma vida pontuada por novos começos podem proporcionar.

O nosso dilema, quando somos obrigados a nos mover em determinados cenários, não é nem um pouco facilitado pelas redes conceituais. Nós aprendemos a agarrar as realidades fugazes e a usar o que achamos pelo caminho, coisas que façam sentido para nós e para os outros. Tantas palavras e conceitos que deveriam servir a este propósito parecem agora inaptos. Precisamos urgentemente de novos conceitos, para acomodar e organizar nossas experiências de uma forma que nos permita perceber sua lógica e ler as mensagens escondidas ou propensas demais às leituras enganosas. Este é um desafio que a sociologia precisa enfrentar. Nesse sentido, eu tento ajudar empregando minha (modesta) habilidade.

Não me considero um pessimista. Se eu fosse, por que escreveria? Mas também não sou um otimista. Quem são os otimistas? As

peçoas que acham que o nosso é o melhor dos mundos. E os pessimistas? Pessoas que suspeitam que os otimistas talvez estejam certos.

Existe, porém, uma terceira atitude possível: a da esperança, da confiança na capacidade que o ser humano tem de ser sensato e digno. Acredito que o mundo que habitamos pode ser melhor que hoje; e podemos fazer com que ele seja mais "amigável", mais hospitaleiro, para a dignidade humana.

Franz Kafka expressou aquilo em que acredito de uma forma muito melhor do que eu seria capaz de fazer: "Se você não achar nada nos corredores, abra as portas. Se você achar que nada há além dessas portas, há outros andares. E, se você não achar nada ali, não se preocupe, suba outro lance de escada. Enquanto você não parar de subir, as escadas não terminarão sob seus pés, elas continuarão a crescer sempre."

O corpo em contradição

Até que ponto a sociedade de consumidores, baseada na liquidez, contribui para o aparecimento de patologias específicas de nosso tempo, como a bulimia, por exemplo?

BAUMAN: A bulimia e a anorexia são as reações patológicas mais comuns diante das contradições e dos desafios típicos de nosso modo de vida, em particular, dos seus aspectos egocêntricos e consumistas. As reações tendem a ser patológicas quando não há boas soluções para os dilemas e dúvidas enfrentados. Os problemas nascidos da natureza individualizante e consumista da sociedade contemporânea são quase sempre assim, ou seja, impedem que se encontre uma resolução satisfatória. Obviamente, essas reações tendem também a ser irracionais. Elas falham ao não conseguir remover as raízes do problema. Quando muito, tornam o desafio ainda mais difícil de enfrentar, e a agonia, ainda mais pungente e ameaçadora.

Dos dois casos, a anorexia parece estar mais fortemente relacionada com as tendências egocêntricas da sociedade contemporânea, uma cultura que promove uma estratégia de vida concentrada na busca da sensação de prazer e na aptidão física, compreendida como capacidade de absorver essas sensações e desfrutá-las de forma plena.

A atenção está toda voltada para o corpo – mas o corpo tem uma grande interface com o mundo exterior e não pode sobreviver sem

metabolismo, sem a troca de substâncias com esse mundo. Tal relação pressupõe um perpétuo e intenso tráfico, um constante cruzamento da fronteira. Em razão dos perigosos sinais que chegam do mundo exterior (praticamente todas as substâncias presentes no mundo podem ser culpadas por proporcionar efeitos tóxicos e prejuízos às aptidões pessoais), poderia haver uma tentativa de fechar as fronteiras ou limitar ao mínimo a entrada de corpos estranhos. A anorexia pode ser um dos casos em que se dá essa tentativa.

Já a bulimia parece um fenômeno um pouco mais complexo. Alistair Cook, o grande analista britânico do estilo de vida norte-americano e responsável pelo famoso programa radiofônico *Letter from America*, assinalou que a lista de livros mais vendidos muda a cada semana nos Estados Unidos, mas dois tipos de leitura estão sempre presentes: os que oferecem receitas de dietas de emagrecimento e os que oferecem receitas para a produção de pratos sofisticados, requintados e caros.

Os dois tipos de livro estão claramente em posições opostas, suas mensagens apontam para direções contrárias. Mas a presença de ambos na lista de best-sellers reflete uma contradição enraizada na cultura de uma sociedade consumista: contradição entre a máxima busca de prazer e a máxima aptidão física.

Pode-se dizer, contudo, que há um círculo vicioso, em lugar de uma simples contradição: para desfrutar é preciso ser adequado; mas desfrutar certamente reduzirá a capacidade de adequação física. A bulimia é também um caso dessa contradição cultural internalizada. Além disso, presta uma homenagem ao mandamento "desfrute de você mesmo"; e à ordem "mantenha-se adequado, mantenha-se em forma".

Um homem com esperanças

No percurso até agora observado da modernidade líquida e suas vertentes trágicas, o leitor pode sentir um prudente otimismo em *A arte da vida* que ultrapassa as influências das relações materiais. Isso é verdade?

BAUMAN: Sou constantemente pressionado a tomar partido por um determinado lado – a me declarar pessimista ou otimista. Até agora falhei nessa obrigação. De alguma forma, não posso me acomodar nesse modo binário de oposição. Em minha opinião, os otimistas acreditam que esse mundo do aqui e agora é o melhor possível, enquanto os pessimistas suspeitam que os otimistas possam estar certos. Mas eu acredito (e não vejo uma razão válida para rever essa crença) que é possível um mundo diferente e de alguma forma melhor do que o que temos agora. Então, talvez eu pertença à terceira categoria, que se mantém fora da *querelle de famille* – a categoria dos “homens com esperança”.

Em *A arte da vida*, sugiro que aquilo que usualmente classificamos como destino ou sorte (circunstâncias externas que não podemos prever ou controlar) nos dá as opções entre as quais os seres humanos podem/devem escolher. Mas é o caráter humano que guia essa escolha (como Karl Marx insistia, os homens constroem suas histórias de acordo com suas condições e não com suas escolhas). O que chamamos de “relações materiais”, digamos assim, manipula as probabilidades das escolhas humanas. Elas tornam algumas decisões

mais custosas e arriscadas para quem as toma do que suas alternativas. E, de alguma forma, há algumas menos agradáveis de serem tomadas e assumidas para um grande número de pessoas.

As relações materiais, contudo, não "determinam" as escolhas, elas não as tornam inevitáveis e inescapáveis. Podem limitar de forma severa a probabilidade de algumas opções, mas não podem suprimi-las. Nem nos campos de concentração, os regimes totalitários conseguiram fazer isso.

Os homens, por sua constituição, são "animais que fazem escolhas", que consideram o valor relativo de várias opções antes de se decidir por uma delas (algumas vezes nós vacilamos tanto entre diferentes oportunidades que nos vemos impossibilitados de escolher entre elas, e preferimos "esperar para ver" o que o destino vai decidir por nós). Em todas as línguas humanas existe uma partícula "não" que nos permite negar e rejeitar "a realidade da evidência"; e um tempo verbal futuro que nos permite imaginar uma gama de diferentes situações diversas das normalmente tidas como "óbvias".

Vamos lembrar que cada maioria começa sua vida como minoria. O ato de fazer escolhas não usuais (marginais, ou "fora do comum") se torna o fator principal, que faz com que uma minoria se eleve ao estatuto de maioria. Por essa razão, as personagens têm um impacto sobre o "fado" muito mais profundo do que possa parecer, quando avaliado de acordo com as "maiorias estatísticas".

Considerando o seu diagnóstico do desengajamento como um traço acentuado da modernidade líquida nas mais amplas esferas da existência humana, o desejo de vínculos densos pode ser considerado uma força expressiva mesmo que os indivíduos não o tematizem em suas narrativas de vida?

BAUMAN: A questão do engajamento é realmente o lugar da mais profunda e vexatória ambivalência nesse tempo de modernidade líquida. Nós precisamos do que você chamou de "laços densos" como bote salva-vidas para velejar seguros nas águas turbulentas de

cenários dados a mudanças rápidas e sem aviso prévio. Por outro lado, estar confinado apenas a um bote salva-vidas limita os movimentos e reduz a gama de opções. A ausência de “laços densos” é cheia de riscos, mas a densidade também o é.

A ambivalência está aqui para ficar, embora, na maior parte do tempo, possamos reconhecer “tendências” – a maioria das pessoas inclina-se para um lado da oposição e descrê do outro, ou evita-o. Podemos dizer que, em geral, o aumento da incerteza e a crescente evidência da total inadequação do modelo “faça isso sozinho” tornam as pessoas mais ansiosas para construir laços e buscar refúgios em coletividades firmemente cerradas (tendência que pode ser revertida uma vez que as coisas se tornem menos cinzentas ou mais promissoras).

No momento, há uma série de sintomas indicando que um número crescente de pessoas está mais preocupado com a segurança coletiva do que com a expansão (ou, na verdade, defesa) das liberdades individuais. E também sintomas de que os governos que assumem atitudes reajustam suas políticas, e ainda mais sua linguagem, de acordo com o novo humor de seu eleitorado. Quão duradouro pode ser este acordo? Isso é algo de previsão impossível. Na escolha entre segurança e liberdade, tendemos mais a seguir o padrão do pêndulo do que a de nos deslocarmos ao longo de uma linha reta.

Segundo sua reflexão, a arte da vida está naquilo que não se pode comprar ou consumir. O senhor poderia comentar as suas ideias principais sobre este tema?

BAUMAN: Quando se trata da arte da vida, somos todos *bricoleurs* (um termo usado por Claude Lévi-Strauss), pessoas que seguem modelos da sua cabeça, que montam/colam/ligam “estruturas” com os materiais que estão a seu alcance. Para diversos *bricoleurs*, em variados tempos e lugares, muitos materiais estão disponíveis: eles mudam de um lugar para outro e de um tempo para outro, embora

os padrões para os quais servem mudem muito mais vagarosamente, ou, em alguns acasos, nem mudem!

Suspeito que o metamodelo inspirador dos artistas da vida (e isso significa todos nós) não muda muito no decorrer da história. É sempre a perspectiva de uma “vida boa” – embora os significados de “boa” sejam variáveis, e as “receitas”, assim como os materiais e ferramentas utilizados nessa culinária, nesse preparo, mudem cada vez mais rapidamente. Receitas e ingredientes sempre podem ser escolhidos, determinados pelas forças das circunstâncias. Sendo seletivos, são em geral incompletos – alguns sabores estão sempre em falta; as receitas são compostas precisamente para essa finalidade da seleção, e a seleção é uma dupla atividade de incluir e excluir.

Essa talvez seja a razão pela qual o objetivo de uma “vida boa” tenha sido, ao longo dos séculos, algo tão evasivo, e as imagens de uma vida ideal sejam tão mutáveis. De mais a mais, isso também sugere que uma vida inquestionavelmente “boa”, “perfeitamente boa”, sem necessidade de correções e melhoras, é algo inatingível. Nossas ideias de vida boa (“melhor”) tendem a se inspirar nas faltas e insuficiências sentidas de maneira mais dolorosa naquele determinado momento.

Isso não significa que preencher esse vazio, essa lacuna, vá fazer com que a vida se torne ideal. Certamente não vai fazer com que abandonemos nossos esforços para torná-la cada vez melhor.

O que eu disse agora se aplica plenamente à receita corrente de uma “vida boa”, que usa o shopping como dieta culinária e o consumo de mercadorias como seu principal ingrediente.

- 1 Kurt Gödel, *Über formal unentscheidbare Sätze der "Principia Mathematica" und verwandter Systeme*, vol.I, [1931] [trad. italiana, *Proposizioni formalmente indecidibili dei "Principia Mathematica" e di sistemi affini*, vol.I, in *Opere*, vol.I, Turim, Bollati Boringhieri, 1999, p.113-38].
- 2 Rosa Luxemburgo, *A acumulação de capital*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- 3 Cf. Henry. M. Paulson Jr., "Facing one challenge at a time", *International Herald Tribune*, 19 nov 2008, p.6.
- 4 Heather Stewart, Lisa Bachelor, "Darlings Hope: we have to spend, spend, spend", *The Observer*, 23 nov 2008 (acessível na Internet no endereço www.guardian.co.uk/business2008/nov/23/recession-budget-report-alistair-darling).
- 5 Jürgen Habermas, *A crise de legitimação do capitalismo tardio*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
- 6 Rowan Walker, "A Hootenanny New Year to All", *The Observer*, 30 dez 2007, p.6.
- 7 Jean-Claude Kaufmann, *L'invention de soi. Une théorie d'identité*, Paris, Armand Colin, 2004, p.214.
- 8 François de Singly, *Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien*, Paris, Armand, Colin, 2003, p.108.
- 9 Italo Calvino, *Le città invisibili*, Turim, Einaudi, 1972, p.119 [trad. bras., *As cidades invisíveis*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990].
- 10 Werner Jaeger, *Paidea; die Formung des griechischen Menschen* [1934] [trad. bras., *Paideia, a formação do homem grego*, São Paulo, Martins Fontes, 1995].
- 11 *The Guardian*, 4 e 11 ago 2007.
- 12 Soren Kierkegaard, *Enten-Eller* [1843] [trad. it., *Enten-Eller, Un frammento di vita*, t.I. A. Cortese (org.), Milão, Adelphi, 1987, p.165].
- 13 Luc Boltanski e Eve Chiapello, *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- 14 Entrevista publicada in John Armitage (org.), *Virilio Live: Selected Interviews*, Londres, Sage, 2001, p.40.

15 Jorge L. Borges, "A busca de Averroes", *O Aleph*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

16 Cf. também os números do *The Guardian* citados na nota 6.

17 Ver *The Thoughtful*, in *fo*, jan 2008, p.11.

18 Ver a declaração publicada no artigo de Donna Fennessy, "The secret life of teens. What coaches, teachers and other experts wish you knew about raising a healthy, happy adult", 6 mai 2008, encontrado em: www.wxii12.com/health/16172076/detail.html.

19 Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Título original:
Capitalismo parassitario

Tradução autorizada da primeira edição italiana, publicada em 2009
por Editori Laterza, de Roma, Itália

Copyright © 2009, Gius. Laterza & Figli. All rights reserved.
Published by arrangement with Marco Vigevani Agenzia Letteraria

Os três capítulos finais desta edição são oriundos de perguntas endereçadas diretamente ao autor para o site da editora: cap. 3: perguntas e tradução de Renata Fernandes Magdaleno; cap. 4: pergunta da internauta Samantha e cap. 5: perguntas de Luis Carlos Fridman (prof. do Dept. de Sociologia/UFF), ambos tradução de Angela Ramalho Vianna.

Todos os esforços foram feitos para creditar os autores das perguntas utilizadas neste livro. Eventuais omissões de crédito serão devidamente solucionadas na próxima edição.

Copyright da edição em língua portuguesa © 2010:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º andar
22451-041 Rio de Janeiro, RJ
tel. (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787
editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Preparação: Angela Ramalho Vianna
Revisão: Joana Milli, Sandra Mager
Capa: Sérgio Campante sobre fotos de Kay Pat;
Peterson Dias e Tim Schnurpfeil

Edição digital: agosto 2012

ISBN: 978-85-378-0904-4
